2013.Dezembro 3

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO p/ unanimidade
em reunião de 17/12/2013
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2013 --

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Manuel Amaral, pelo Grupo da CDU, o Srs. Vereadores David Mendes e Herculano Valada Martins e, pela Coligação pelo Futuro da Nossa Terra, os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Martins Canilho de Sousa. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro. ---------

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- O Sr. Presidente iniciou a Sessão cumprimentando o restante executivo e em especial o Sr. Vereador David Mendes a quem deu as boas vindas ao grupo de trabalho referindo que esperava que em conjunto pudessem trabalhar em prol do município e, nos termos regimentares, indagou se alguém do público quereria usar da palavra. ----------

--- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

--- Tomou a palavra o Sr. José Rodrigues de Almeida para felicitar o executivo pela iniciativa que tivera, em parceria com a AUCHAN, de reflorestar a zona ardida do Vale Gerardo. Perguntou se o executivo, no decorrer do mandato, estaria a pensar dotar o Jardim Municipal de árvores mais frondosas. Para finalizar expressou o seu agrado pela página do *site* da Câmara que publicita a Semana Gastronómica " A GULA ". ----------

--- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Almeida e disse que a reflorestação dos jardins era um assunto em que já começara a pensar e que certamente no decorrer do mandato faria a replantação das árvores do Jardim Urbano. ----------

--- Interveio a Senhora Dona Deolinda que perguntou se o executivo tencionava, este ano, efetuar a poda das árvores do Jardim dos Casais das Comeiras pois a falta de manutenção, o estado desleixado da vegetação juntamente com o estado degradado dos sistemas de rega, davam ao jardim um ar de total abandono. ----------

--- Respondeu o Senhor Presidente que havia duas equipas formadas por funcionários da Câmara e pessoal do Fundo de Emprego, cujas funções eram exatamente cuidar dos espaços verdes e que em breve uma das equipas passaria no referido jardim. ----------

---Não havendo mais intervenções do Público e antes de dar a palavra aos Senhores Vereadores o Senhor Presidente, a propósito da intervenção do Sr. Almeida na Sessão anterior, disse que já dispunha de dados mais pormenorizados acerca da Variante de Aveiras de Cima, que tinha com ele esboços do traçado e que se o Sr. Almeida quisesse no final da reunião poderiam conversar. ----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ----------

--- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria João Canilho que, a propósito de uma entrevista dada pelo Senhor Presidente aquando do período pré eleitoral ao Valor Local, em que este afirmara ser sua intenção pôr as piscinas de Azambuja a funcionar e que estariam abertas no Verão de 2014, perguntou se tencionava fazer o que dissera e quanto é que tal custaria. Respondeu o Senhor Presidente que estavam a ver como resolver o problema das piscinas, era facto que o concelho necessitava delas, os custos com a sua manutenção eram elevadíssimos e estava a analisar os diversos orçamentos que lhe iam chegando para ver o que poderiam fazer mas, por agora, não tinha conclusões. A Sra. Vereadora perguntou se lhe podia facultar cópia dos orçamentos ao que o Sr. Presidente anuiu. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador Silvino Lúcio que distribuiu pelo restante executivo cópia da carta que recebera do Ministro da Administração do Território, emanada pela ANMP, acerca da restruturação do setor dos resíduos. Colocou-se ao dispor para, na próxima sessão, esclarecer as dúvidas e questões que quisessem apresentar. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador António Jorge Lopes que perguntou se o Senhor Presidente já poderia informar qual a estratégia para diminuição da dívida que tencionava seguir e se seria possível que a documentação referente aos orçamentos das piscinas municipais lhe fosse entregue no final da reunião uma vez que o Senhor Presidente a disponibilizara ou na impossibilidade de tal por email.----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente, relativamente à documentação solicitada disse que no fim da Reunião estava disponível para a facultar ao Vereador ou em alternativa lha enviaria no dia seguinte. Quanto à diminuição da dívida esclareceu tratar-se da divida a fornecedores. ----------

--- Em seguida o Senhor Vereador David Mendes começou a sua intervenção dizendo que mesmo durante a campanha eleitoral sempre defendera que as atuais Piscinas Municipais tal como estavam eram insustentáveis

e que continuar a laborar no mesmo erro era caminhar para uma solução a prazo, sem qualquer sustentabilidade, que era necessária a construção de novas piscinas numa zona mais central, que atraíssem gente não só do concelho mas de fora deste também e que para as piscinas já existentes deveria ser aplicado um programa que não tenha a ver com uma ótica pública. Disse ser evidente a nécessidade de piscinas aquecidas, assim como de piscinas descobertas, mas que a gastar dinheiro fosse num projeto de futuro e não uma solução para quatro anos. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador António Jorge Lopes para pedir ao Sr. Presidente para especificar a expressão que usara quando disse concordar com o Vereador Mendes e perguntou se isso incluía a partilha de opinião de que se deveriam construir novas piscinas e que estas deveriam ser construídas em Aveiras de Cima, ao que o Presidente disse que não decidira ainda o que iria ser feito. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que declarou que, na sua intervenção, não dissera que a construção das novas piscinas deveria ser em Aveiras de Cima. Era seu entendimento que as piscinas deveriam ser construídas num local mais central do concelho, e que a construção de novas piscinas não significava que as atuais deveriam manter-se fechadas, poderiam por exemplo ser entregues à Santa Casa da Misericórdia, para que as explorasse dum ponto de vista não público ou outra solução qualquer que as mantivesse abertas. --------

--- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente solicitou a introdução da Proposta 28-A/P/2013, o que foi aceite pelo restante executivo, pelo que passou de imediato à Ordem de Trabalhos. ----------

----------**APROVAÇÃO DE ATAS**----------

---A ata da reunião ordinária realizada no dia 6 de Novembro de 2013 foi aprovada com seis votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção do Senhor Vereador David Mendes da CDU, por não ter estado presente na Reunião.-

---A ata da reunião ordinária realizada no dia 19 de Novembro de 2013 foi aprovada com seis votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção do Senhor Vereador David Mendes da CDU, por não ter estado presente na Reunião, após a correção solicitada pelo Sr. Vereador Herculano Martins. ----------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- PROPOSTAS ----------

--- 1. Proposta Nº 26-A/P/2013 - Isenção do pagamento de taxas ----------

---- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---*"Considerando:* ----------

--- *Que no âmbito do processo n.º 195/13 CIU Ana Paula da Silva Ferreira requereu a isenção do pagamento de taxas relativas a preparo e emissão da certidão relativa a construção isenta de licenciamento;* ----------

--- *O conteúdo da informação 31/PN/DPU/2013 a folha 21.* ----------

--- *Proponho que:* ----------

--- *Ana Paula da Silva Ferreira seja isenta do pagamento da taxa relativa a preparo e emissão da certidão relativa a construção isenta de licenciamento no âmbito do Processo n.º 195/13 CIU, como prevê o n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja.* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 26-A/P/2013 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- 2. Proposta Nº 27-A/P/2013 - Designação de membros para a Comissão de Acompanhamento da Central de Compras da CIMLT ----------

---- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando que a CIMLT tem como missão executar políticas, planos, programas projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentável da Lezíria do Tejo;* ----------

--- *Considerando o objetivo assumido pela CIMLT em negociar bens e serviços para todos os Municípios associados, assegurando os adequados níveis de qualidade, bem como a obtenção de poupanças;* ----------

--- *Considerando que o Município de Azambuja aderiu à Central de compras da CIMLT em 28/06/2011;* ----------

--- *Considerando os ganhos que advêm ao Município em termo de eficiência, eficácia e economia decorrentes da transferência para a CIMLT de competências relativas à negociação de bens e serviços, em larga escala (economias de escala).* ----------

--- *Proponho que, nos termos da alínea oo) do nº1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e para efeito do previsto no art.º 12.º do regulamento da Central de Compras Eletrónicas, designar Irene Lameiro (Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro), Ricardo Portela (Chefe Divisão Financeira), Alexandre Carnide (Técnico Superior) e António Caldeira (Assistente Técnico) como representantes do Município, para integrar a comissão de acompanhamento respetivamente como membro efetivo e suplentes."* ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes que referiu não ter qualquer objeção à Proposta em si, mas gostaria de saber se haveria alguma incompatibilidade no facto de o Dr. Ricardo Portela fazer parte do Júri e simultaneamente Prestar Serviços na CIMLT, ao que este a pedido do Sr. Presidente esclareceu que tinha uma prestação de serviço com a CIMLT, a nível da elaboração da prestação de contas e que em termos financeiros não tinha qualquer participação no Orçamento da Comunidade Intermunicipal, nem tinha qualquer intervenção a este nível de intervenção. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 27-A/P/2013 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- 3. Proposta Nº 2/V.AA/2013 – Contrato de Prestação de Serviços ----------

--- A Proposta foi retirada.----------

--- 4. Proposta Nº 3/V.AA/2013 – Atribuição de Apoio – ACISMA ----------

---- O Sr. Vereador António Amaral apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---*"Considerando:* ----------

--- *que é competência da Câmara Municipal de Azambuja apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa ou outra de interesse para o Município - cfr. al. u) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, assim como, promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica municipal – cfr. . al. ff) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro* ----------

--- *que, com o objetivo de contribuir para a dinamização e enriquecimento do Comércio Local do Concelho de Azambuja, a Associação de Comércio, Indústria e Serviços do Município de Azambuja (ACISMA), em Parceria com a Câmara Municipal de Azambuja, está a desenvolver a Campanha de Natal "Eu dou a Cara – Compro no Comércio Tradicional;*----------

--- *que essa Campanha se materializa numa série de atividades em todas as Freguesias, assim como um concurso de montras para os comerciantes do nosso Concelho;* ----------

--- *que embora as atividades tenham sido planeadas tendo como base o mínimo gasto financeiro possível, decorrem sempre custos que são inerentes à sua realização.* ----------

Proponho:----------

--- *A atribuição de um apoio financeiro no valor de 1300€ à ACISMA para fazer face às despesas decorrentes com a Campanha de Natal "Eu dou a Cara – Compro no Comércio Tradicional".* ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador referiu ser um projeto da Acima, C.M.A e Juntas de Freguesia do Concelho e que como acarretava algumas despesas propunha que a câmara pudesse deliberar no sentido de apoiar a campanha com 1.300.00 euros.

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador Lopes dizendo que relativamente à Proposta e ao objetivo da mesma, nada tinha a dizer, preocupando - o que a proposta estivesse feita do modo que estava, não tinha cabimento orçamental, referiu dever ser lapso, pois apesar de indicação de fundos disponíveis e da indicação de cabimento não estava referida a rúbrica orçamental, ao que O Senhor Presidente referiu ser lapso, que se incluiria a rúbrica manualmente e que os 1300.00 € eram o valor considerado suficiente para o apoio. ---------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 3/VAA/2013 foi aprovada por unanimidade.----------

--- 5. Proposta Nº 2/V.HM/2013 – Aditamento ao Protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha

--- O Sr. Vereador Herculano Martins apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---*"Considerando:* ----------

--- *A Câmara Municipal de Azambuja nos termos da proposta n.º 2/SL/2010 de 2 de Fevereiro de 2010 aprovou por unanimidade ceder à Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha a utilização de uma viatura ligeira de passageiros para o transporte de idosos e crianças ao Centro e Saúde de Azambuja;* ----------

--- *O pedido da Junta de freguesia de Vila Nova da Rainha para afetar o uso da viatura a outros transportes, nomeadamente à recolha de bens alimentares em benefício da população mais carenciada e, ao transporte dos associados das diversas coletividades da Freguesia nas deslocações a provas e eventos em que participam.*-------

--- *Proponho:* ----------

--- *Que a Câmara delibere aprovar o aditamento ao protocolo celebrado em 22 de Fevereiro de 2010, nos termos e condições da minuta em anexo, para que a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha possa afetar o uso da viatura a outros transportes."* ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador Lopes que referiu haver contradição entre as duas alíneas do proponho da proposta, pois em seu entender por uma questão de pormenor a alínea 1) ficava impedida pela 2) ----------

--- Em resposta o Senhor Vereador Herculano referiu não haver contradição pois quem conduziria o Veículo seria sempre um funcionário ou alguém ligado á Junta de Freguesia, o que o Senhor Presidente confirmou, referindo que o mesmo acontecia na câmara, que cedia a viatura sempre com motorista, e que não fazia a cedência do veículo doutra forma.----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 2/VHM/2013 foi aprovada por unanimidade.----------

--- 6. Proposta Nº 2/CPFNT/2013 – Revogação da Proposta 39/P/2008 ----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---"-1.Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 133/05/2008, com os votos contra do PSD e CDU, os eleitos do Partido Socialista aprovaram a proposta nº 39/P/2008, através da qual foi reconhecido o interesse público da instalação do "Aterro de Resíduos Inertes" na quinta da Queijeira, em Azambuja. ----------

--2.A Proposta tinha subjacentes 3 prossupostos, que se explicitam e que constam da ata da referida reunião ordinária: ----------

---i) A necessidade de "tapar os buracos" criados com a extração de areias pela empresa ZUBAREIA – Areias , S.A; ----------

---ii) A " criação de uma infraestrutura que permita depositar os escombros (da construção civil" em sítio próprio";----------

---- iii) A participação do Município de Azambuja na empresa gestora do Aterro, "detendo 5% do capital social da empresa (ZUBAREIA)", e o" tratamento preferencial com 30% de desconto relativamente ao depósito de resíduos municipais". ----------

---3. Tratando-se de uma declaração de interesse público municipal, a proposta nº 39/P/2008 foi submetida á Assembleia Municipal na sua reunião ordinária do dia 26/06/2008.----------

---4. Nessa reunião da Assembleia Municipal, o PSD propôs que a votação da Proposta nº 39/P/2008fosse adiada, o que foi rejeitado por 15 votos, após voto de desempate do presidente da Mesa, eleito também socialista.----------

---5. Face a esta clara divisão dentro da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara de Azambuja retirou a Proposta e a mesma não foi submetida a votação. ----------

---6. Na reunião extraordinária de 10/9/2008 da Assembleia Municipal continua, a Proposta de declaração de reconhecimento do interesse público municipal da instalação do " aterro de Resíduos Não Perigosos e de Resíduos Inertes" na Quinta de Queijeira pela ZUBAREIA foi aprovada exclusivamente com os votos dos eleitos do PS (os deputados municipais do PSD e da CDU abandonaram a sala). ----------

---7. A referida declaração de reconhecimento do interesse público municipal continua eficaz, nomeadamente porque a proposta nº 39/P/2008 não definiu qualquer prazo de caducidade.----------

---8. A empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., que tem a responsabilidade da recolha de resíduos em vários concelhos vizinhos como Cartaxo, Rio Maior e Vila Franca e Xira, requereu á CCDR o licenciamento do *"Aterro de Resíduos Inertes" na quinta da Queijeira.* ----------

---9. A concretização do "Aterro de Resíduos Industriais Não Perigosos" na Quinta da Queijeira é um erro crasso do ponto de vista de gestão do território municipal, pois:----------

---Desqualifica em termos de enquadramento ambiental e económico a " Quinta de Vale Fornos" (que tem sido referenciada em documentos oficiais da Câmara de Azambuja como uma " Quinta de interesse histórico e potencial turístico"; ----------

--- Põe em causa o bem-estar ambiental dos moradores da chamada "Urbanização da Quinta da Marquesa", que está a pouco mais de 300 metros da localização do futuro Aterro; ----------

--- Desqualifica em termos de desenvolvimento urbanístico a entrada nascente da Vila de Azambuja que se transformará numa amálgama sem dignidade com " lixeira", habitações e espaços coletivos de uso público;------

--- Aumenta significativamente a circulação de tráfego pesado na EN 3 (troço Azambuja/ Guarita), sem que a Câmara de Azambuja tivesse salvaguardado a duplicação da EN3 (a capacidade do futuro Aterro será, por agora, de 25 mil toneladas, o que potencia a circulação de dezenas de camiões);----------

--- Não permite a arrecadação de qualquer receita municipal significativa, nomeadamente porque a empresa promotora do Aterro tem a sua sede noutro Concelho. ----------

--- Nestes termos propõe-se o seguinte:----------

--- 1. Revogação da Proposta nº 39/P/2008, aprovada pela Câmara Municipal de Azambuja a 13/05/2008, e da consequente declaração de reconhecimento do interesse público municipal da instalação do " Aterro de Resíduos Não Perigosos e de Resíduos Inertes" na quinta de Queijeira, Freguesia de Azambuja. ----------
---2. Comunicação á Agência Portuguesa do Ambiente e à CCDR-LVT manifestando a total oposição da Câmara de Azambuja á Instalação do " Aterro de Resíduos Não Perigosos e de Resíduos Inertes "na quinta de Queijeira porquanto este tipo de atividade económica não se enquadra nos objetivos de da estratégia de Azambuja e nos pressupostos estabelecidos para a revisão do Plano Diretor Municipal. ----------
---3. Notificação da empresa detentora da licença de extração de inertes para executar o Plano de Ação de Recuperação Paisagística (PARP)."----------
--- O Senhor Vereador Lopes declarou ser a quarta vez que apresentava a Proposta em reunião e que de cada vez que era apresentada mais questões surgiam. Perguntou ao Senhor Vereador com o pelouro de resíduos e saneamento se tinha conhecimento que o processo passara pela Agregados Ibéricos, a ZUBAREIA a LEIRIMOBIL e, finalmente, para a SUMA que é quem pede à Agência do Ambiente e à CCDR a declaração de interesse público. Perguntou ainda ao Vereador Silvino Lúcio se a Licença já tinha sido emitida, ao que O Vereador referiu que não era do seu pelouro, o Licenciamento da parte edificada era da responsabilidade do Presidente enquanto detentor do pelouro de Urbanismo. Continuando, o Senhor Vereador Jorge Lopes referiu haver uma carta do município de Azambuja, enviada a 4 de A Setembro de 2012, que manifestava à APA e à CCDR, que " já não faz parte da estratégia de desenvolvimento de Azambuja o avanço do aterro", pelo que indagou se o atual executivo estava interessado ou não na manutenção do aterro, ao que o presidente respondeu que em resposta a esse ofício a CCDR dera a entender que já não dependia do município a instalação ou não, com base nos pareceres favoráveis entretanto emitidos pelas entidades envolvidas. ----------
--- Disse o Senhor Vereador Jorge Lopes que tal poderia não ser verdade por três razões, sendo a primeira o facto de a CCDR dizer que o processo avançara em função da declaração de Interesse Publico municipal emitida e, em seu entender, se a proposta fosse revogado o licenciamento da CCDR já não poderia avançar. A segunda razão prendia-se com o facto de a declaração ter sido emitida para a ZUBAREIA com base em determinados pressupostos, e a Declaração de Interesse Público ser pedida em nome da SUMA. Em 27/3/2012 a SUMA, por carta (que não lhe tinha sido entregue), pedira a licença de construção, e que se a câmara revogasse a proposta 39/P/2008, todo o processo parava. A questão já não era jurídica e sim política, em sua opinião o espaço não devia ser utilizado para aterro, e nada impedia a revogação da declaração uma vez que a ZUBAREIA não era a SUMA .----------
--- Tomou a palavra o Senhor Presidente que lembrou que, após a exposição do Senhor Vereador Lopes, na sessão anterior, pedira que a proposta fosse adiada por quinze dias, por lhe terem suscitado algumas dúvidas que entretanto esclarecera. Pesquisara o número de contribuinte e não apareciam números distintos, quem entrara em insolvência fora a ZUBAREIA II, de Benavente, que não tinha nada a ver com este assunto.----------
--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes dizendo que a Proposta, tal como estava, não merecia aprovação nem sequer discussão. Revogar não tinha efeitos práticos uma vez a CCDR já se pronunciara acerca do assunto. A questão de fundo era saber se o executivo queria ou não o aterro naquele local. Tinha consigo a Portaria 209/2004, com a descrição com todos os resíduos que existiam, incluindo os perigosos, que não o assustavam tanto como os RIB, o que considerou preocupante porque misturados com banais vão os perigosos. Considerou que o ex-presidente deve ter tido a perceção da gravidade da situação e tentara parar o processo sem contudo o conseguir. Declarou que era necessário a Câmara decidir frontalmente se queria ou não o aterro naquele local. Fora sempre dito que não havia outro local para aterros RIB, mas existiam sete aterros em todo o país e se já havia um a funcionar em Alenquer poderia facilmente servir o concelho de Azambuja. ---
--- Tomou a palavra o Senhor Vereador Herculano perguntando o porquê de tantas questões apresentadas pelo Vereador Jorge Lopes e se este tencionava reformular a proposta ou se a ia apresentar, ao que o Vereador Lopes disse haver informação nova que lhe chegara apenas no dia anterior sobre o processo. Neste momento a licença ambiental estava emitida mas não estava efetiva, a proposta teria de ter a revogação mais anulação da licença de construção, pois em função dos novos dados a proposta estava incompleta. Solicitou cinco minutos de intervalo para a poder reformular, após o que referiu ir acrescentar à proposta um ponto número 4 relativo à suspensão do processo 17/13 LEG.----------
--- O Senhor Presidente afirmou que não poderia tomar decisões que prejudicassem o município e que se não houvesse o ponto 4 a sua intenção de voto seria uma , com a inclusão do ponto 4 alterava-se completamente,

ao que o vereador Lopes respondeu que poria a proposta a votação sem a inclusão do ponto referido e tal como se apresentava inicialmente. ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 2/CFNT/2013 foi aprovada com três votos a favor da CPFNT e do Senhor Vereador David Mendes, da CDU, dois votos contra dos Senhores Presidente e Vice-Presidente e duas abstenções dos Senhores Vereadores António Amaral e Herculano Valada. ----------
--- Foi solicitada e aceite a introdução da Proposta 28-A/P/2013. ----------
--- **7. Proposta Nº 28-A/P/2013 - Designação do Fiscal único da SRU** ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando que:* ----------
--- *Foi solicitado a esta Câmara Municipal, através da Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo, a designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente da LT-SRU, conforme documento em anexo.* ----------
--- *PROPONHO:*----------
--- *Que a Câmara Municipal delibere ao abrigo do disposto no n.º3, do artigo 26.º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, designar como Fiscal Único da Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo, Martins Pereira e Associados, SROC, inscrita na Ordem dos Oficiais de Contas sob o nº 68, representada por João António Carvalho Careca, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o nº 849, e como Fiscal Suplente, Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o nº 1396.* -------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 28-A/P/2013 foi aprovada por unanimidade. ----------
--- **INFORMAÇÕES** ----------
--- **1. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - *Período de 1/1/2013 a 26/11/2013* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **2. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Aprovisionamento ----------
--- *Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 15/11/2013 a 28/11/2013* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---**3. Departamento de Administração e Finanças** – Inf. Nº 18 P/2013/DAF – Informações Financeiras Semestrais. ----------
--- **Encerramento** ----------
--- Eram dezassete horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -------